“Eu não sou sem terra... Meus pais têm terra, eu tenho mais terra do que essas pessoas que me dizem”: uso do Território para análise da Identidade e da Reforma Agrária no Agreste Baiano.

Davi Silva da Costa[1]
Heron Ferreira Souza[2]
Lidia Maria Pires Soares Cardel[3]

Resumo

O presente artigo visa trazer reflexões da dissertação de mestrado de título *“Aqui é tranquilo, mas meu sonho é lá fora!”, Pertencimento e Identidades: o imaginário dos jovens do Assentamento Ana Rosa - Pojuca / Bahia*, onde a categoria território é tratada na perspectiva simbólica, que objetiva valorizar a identidade territorial, o vivido. Assim, no espaço artificializado gerado na criação do assentamento, as relações de poder estabelecidas entre as gerações, recriam uma transitoriedade, gerando uma territorialidade circunscrita para além dos limites do território, onde os (as) jovens, sujeitos de uma (des) territorialização através da chegada das famílias na criação do Assentamento, trazem ao território a noção de ruralidade, circunscrita em proximidade (mas não de anulação) com o urbano. Para tanto, a metodologia de historia oral e oficinas trouxeram para a pesquisa, as falas dos sujeitos envolvidos no processo de re-des-territorialização, ao qual demonstram que o Assentamento cria uma identidade multidimensional, construída no grupo, nas gerações, nas famílias e no lugar, propiciando uma analise do vivido, do percebido e do concebido, gerando um pertencimento, ou seja, uma identificação simbólica com suas raízes culturais e uma criação de novas relações fragmentadas em diferentes territórios e dimensões.

Palavras-chave: território, identidade, reforma agrária.

[1]Engenheiro Agrônomo, Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e educação do Campo, Mestre em Cultura e Sociedade, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, Campus Bom Jesus da Lapa. E-mail: davi.costa@lapa.ifbaiano.edu.br.
[2] Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Campus V. Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB / Campus I. Professor do Instituto Federal da Bahia, Campus Barreiras. E-mail: heron@ifba.edu.br
[3] Antropóloga. Doutora em Antropologia. Professora da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais (NUCLEAR), UFBA.

Aspectos Iniciais

Os *Assentamentos* rurais no Brasil têm se constituído como o "lugar[4]" onde se dá um complexo processo de (re) construção do "território camponês". A proposta de se abordar o rural, afirma Blume (2004), a partir de uma abordagem territorial é inovadora no contexto brasileiro. Esta abordagem é sugerida por José Eli da Veiga. Para este, o território pode substituir com vantagens as ambigüidades oriundas das perspectivas dicotômicas[5] ou a do *continuum*, pois remete o debate a questões mais importantes do que precisar as características determinantes de um ou outro espaço. Logo, acredita-se que a abordagem territorial para o rural pode proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como os fundamentos ecológicos, culturais e econômicos que se encontram cingidos neste espaço. Em sua opinião,

> é errado abordar as relações entre cidade e campo nos termos em que se desenrola o debate sociológico, de "dicotomia *versus* continuum". O aumento da densidade demográfica nas zonas cinzentas – que deixam de ser propriamente rurais e que não chegam a ser propriamente urbanas – não significa que esteja desaparecendo a contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. Em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza (VEIGA, 1999, p. 18).

Desta forma, esses pressupostos levantados por Veiga balizam a idéia de que é possível que uma área rural se desenvolva sem que necessariamente se torne não-rural. Assim, haveria um rompimento com a tendência preconizada pela perspectiva do *continuum* no sentido único da urbanização do campo, questionando a tese que o rural desaparecerá ao irreversível avanço da urbanização. Com essa premissa, os estudos devem incorporar novas perspectivas de análise, sendo que para estas, valorizar a questão do espaço é de destacada importância para os estudos. Desta forma, a abordagem

---

[4] Um aspecto curioso dessa abordagem está no reconhecimento de que o sentido de lugar não está limitado ao nível pragmático da ação e da percepção e que sua experiência (direta ou simbólica) se constitui em diversas escalas: atualmente ela formaria um contínuo que inclui o lar, como provedor primário de significados; a localidade ou bairro, como campo de sociabilidade; a cidade; as regiões; o Estado-nação e até mesmo o próprio planeta. Entretanto, como afirma Holzer (1999), é preciso admitir que, tanto para o indivíduo como para o grupo, o aumento da abrangência impossibilita, progressivamente, um relacionamento espacial direto, remetendo-nos a uma visão cada vez mais fragmentária dos lugares, a uma "visão em arquipélago".

[5] Referência à relação rural x urbano.

territorial por ter um enfoque que valoriza as dimensões espaciais consiste em uma forma diferenciada para análise do rural e da ruralidade brasileira,

> as vantagens das palavras espaço e território são evidentes: não se restringem ao fenômeno local, regional, nacional ou mesmo continental, podendo exprimir simultaneamente todas estas dimensões (VEIGA, 2002, p. 286).

Dito desta maneira, ao se sugerir o território para a discussão do rural e da ruralidade, o debate assume um rumo diferenciado, pois este se distancia das vertentes tradicionais das ciências sociais, configurando um novo momento para as reflexões. Ao abordar o espaço rural, cabe resgatar a contribuição de Teixeira e Lages (1997), que o definem por

> [...] um modo particular de utilização do espaço [...] por um modo de vida particularmente marcado pelas relações com o espaço e uma identidade e representações específicas, fortemente conotadas pela cultura camponesa ou ligadas às atividades agrícolas.

Estas características que tornam o espaço rural dotado de cultura e identidade próprias podem ser representadas, por exemplo, pelos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Assim, os caminhos percorridos nas trajetórias dos jovens, perpassam necessariamente por termos como: alternativa, permanência, valorização social e também de possibilidades de escolha, onde a reforma agrária surge como uma realidade aventada por seus pais, onde os jovens se sentem pertencentes ou não a esta realidade.

O território e o simbólico: pensando a identidade

A perspectiva em tratar o território sob o viés simbólico tem contribuído no sentido de valorizar a identidade territorial, o vivido. Aqui o território assume um papel diferenciado em que os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, um passado afetivo mantido pelas representações culturais. Na opinião de Raffestin (1993), a dimensão simbólica para os estudos territoriais "(...) reflete a *multidimensionalidade* do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral". De forma complementar, Haesbaert (2002), parte da idéia que,

> “(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (p. 121).

A partir desta afirmação, a territorialização pode ser compreendida através da maneira pela qual o espaço passa pela gênese da apropriação para se transformar em território, através da ação, sendo que, para Raffestin (1993), este processo pode ocorrer de duas formas, concretamente quando os limites são representados e efetivados, ou abstratamente quando estes são apenas idealizados. Neste sentido, a “apropriação” cria uma ligação entre o executante e o espaço, formalizando o domínio. Segundo Heidrich, este ato de apropriação é significativo para se diferenciar o território do habitat:

> “O habitat ainda não é, por si mesmo, um território. Constitui o espaço então ocupado por uma coletividade, no qual se manifesta o domínio da natureza (e não do espaço), como condição essencial à reprodução de coletividades humanas. O território passará a existir tão somente quando definirem-se: (1) uma relação de apropriação, (mais que domínio) das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo particularizar a coletividade humana como uma ***comunidade***, por isso mesmo, diferenciada de outras e, pelo mesmo critério, a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída. A constituição de ***habitats*** não é nada mais que a recriação da natureza como espaço humanizado. A constituição de territórios, como foi dito anteriormente, significa a instauração do domínio humano sobre o espaço (sobre a existência na medida do seu alcance)”, (1998, p. 12) (grifos nossos).

Através desta perspectiva, a apropriação condiciona a territorialização, sendo esta configurada a partir das transformações determinadas pela comunidade, na tentativa de generalizar sobre o espaço a sua permanência. Desse modo, o ato de efetivar a permanência deve visar além da reprodução sob determinado território, a sua posse. Assim, segue o autor, se ressalta na apropriação a capacidade de se transformar a natureza através do trabalho e o modo de se produzir riquezas de forma organizada.

Seguindo a proposição de Raffestin (1993), no qual afirma que o território se apóia no espaço, mas, devido às características intrínsecas, diferencia-se deste, tem-se para a territorialização a mesma lógica. Esta se dá

a partir do espaço, mas é realmente efetivada no momento que estabelece relações de pertencimento (posse material e simbólica) sobre o espaço. Esta ação virá a se constituir nas impressões digitais de determinada comunidade, cristalizando-se com o transcorrer do tempo na sua história. Não obstante os apontamentos até aqui apresentados, Haesbaert propõe uma compreensão mais abrangente e atualizada da territorialização para a dialética da des-re-territorialização. Segundo o autor, esta pode ser compreendida de forma genérica como,

> "o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade" (2002, p. 45).

Estas múltiplas formas são evidenciadas pela forma diferenciada de se apropriar do espaço, a forma simbólica. Em face dessas questões, o rural, na sua forma natural, das amenidades ecológicas, surge como um modo de produção necessário para satisfazer a necessidade de um maior contato com a natureza. Assim, territorializa-se um sentido diferenciado às amenidades rurais, e estas passam a ser consumidas pelas pessoas dos grandes centros urbanos por se apresentarem como sinônimo de qualidade de vida ou lazer. A partir destas novas perspectivas é que se diferenciam as atuais territorializações, pois é através de novas iniciativas visando à preservação ecológica, o lazer, a qualidade de vida, que está ocorrendo a apropriação do espaço. Em parte, serão estas particularidades as formadoras de um conjunto de interesses, que assumirão um papel relevante na construção do território.

Interesses estes, evidenciados geralmente pela perda das raízes, o "desenraizamento", que implica no que Rolink *apud* Castells (1999) chama "de estrangeiro". Nesta interpretação pode-se compreender como estrangeira a dinâmica "moderna" e atuante sobre as sociedades. Estas, além de não proporcionarem a desejada igualdade, se instalam no cotidiano, aviltando as tradições.

Para uma análise do rural, pode-se verificar que todas as perspectivas ligadas à desterritorialização, com variadas formas de intensidade, podem ser verificadas como atuantes na modificação do espaço e das ruralidades. Atualmente têm-se debatido em maior profusão a econômica, a política e a

cultural. Estas têm-se evidenciado pelos estudos que apontam a penetração do mundo urbano no rural. Esta imposição em escala territorial poderia ser lida como uma desterritorialização no rural. Este processo desterritorializante estaria ligado a um conjunto de transformações que têm passado a influenciar as lógicas rurais, trazendo como conseqüência a mudança de valores e hábitos. Diante desta observação pode-se verificar uma variante à dinâmica desterritorializante, que rompe com a uniformidade do processo, sendo que esta, por vezes, pode levar a uma reterritorialização. A reterritorialização na dinâmica territorial tem como indicativo analítico a construção de novos localismos. Estes podem ocorrer pela "reapropriação política ou simbólica do espaço", Haesbaert (1997). Neste sentido, observa-se que o processo além de promover o debate no sentido de reforçar certas práticas territoriais, também surge como uma resistência ao processo desterritoralizante.

O que ocorre é que, estes impedimentos, favorecem a instalação dos localismos. É sobre estes pontos de inflexão diferenciados que se apresentam nos territórios as soluções endógenas para defender os interesses de uma população. São também sobre estes, que se originam as práticas sociais transformadoras, no sentido de fomentar projetos na busca da reterritorialização.

Enfim, tomando-se o território e a ruralidade, respeitadas as diferenças e limites conceituais, pode-se afirmar que estes se complementam como referência para análise das dinâmicas sociais, culturais, ambientais e econômicas que se têm destacado nos territórios rurais. Conseqüentemente, se as práticas sociais se encontram em constante oscilação por incorporar novas técnicas, hábitos, valores simbólicos e culturais faz-se necessário também aprimorar os métodos analíticos. Na tentativa de orientar o "olhar" para as novas dinâmicas espaciais é que o enfoque territorial se destaca, não somente como um modo de análise empírico-normativo, mas também como uma real possibilidade analítica ao centrar o foco de observação na ação dos atores e as suas práticas sociais. Nessa direção, buscou-se com o referencial territorial geográfico, articulado neste pela dinâmica dialética, qualificar a abordagem territorial na tentativa de aprimorar a discussão e contribuir para os estudos do rural e da ruralidade.

O saber-fazer local seria uma própria forma de expressão cultural local, que define a identidade, através da qual se estabelecem as relações de indivíduos e grupos. A cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde se estabelecem formas específicas de representação, com códigos comuns segundo Featherstone *apud* Abramovay (2003). Para Albagli (2004), "*sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico*" significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. Fortalece essa compreensão afirmando que a territorialidade é "condicionada por normas sociais e valores culturais" e, dessa forma, variam tanto de sociedades para sociedade como de um período para outro.

O conhecimento e o saber-fazer local, e a capacidade dos atores locais de promover um desenvolvimento com características endógenas, a partir do sentido de territorialidade presente entre os atores locais, formam o que Ostrom *apud* Albagli (2004) chamou de capital cultural e social de um determinado território. Para o autor, esse capital é que estabelece o potencial do desenvolvimento do território. Para Abramovay (2002), a idéia de que o capital social esteja ligado a fatores histórico-culturais, que determinariam a capacidade de ação voltada para o desenvolvimento territorial, limita essa perspectiva. Para o autor, diferentemente da visão puramente culturalista, e baseando-se em análises e proposições de Evans (1998), o capital social pode ser formado a partir de sinergias entre a sociedade e o Estado. Isto significa dizer que "capital social não é simplesmente um atributo cultural, cujas raízes só podem ser fincadas ao longo de muitas gerações, afirmado por Durston *apud* Albagli (2004); ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para apresentar, aos indivíduos, alternativas aos comportamentos políticos tradicionais". Estes, ou seja, os modos clientelistas e assistencialistas de políticas locais podem ser os grandes inibidores da acumulação desse capital cultural e social.

Abramovay argumenta que também esse capital social pode ser construído, desde que existam estruturas de organizações capazes se superar as ações políticas locais que inibem a formação desse capital. Entre as contribuições de Lacour *apud* Abramovay (2002) para o pensamento sobre a

construção social do território, destaca-se a consideração de que o espaço-lugar como espaço de suporte das atividades econômicas “é substituído pela idéia do espaço-território carregado de vida e de cultura assim como de desenvolvimento potencial”.

Essa redescoberta do sentimento de pertencimento ao lugar é reforçada por diversas proposições de diferentes autores que, contestando as teorias de aculturação que ocorreriam com o processo de modernização (ou de globalização), sugerem que as novas construções identitárias têm ocorrido com um reencontro com tradições culturais. Ou seja, há uma interação entre as culturais externas com as culturas locais, cujo resultado se difere entre os diferentes territórios. Mas a presença da cultura local persiste importante na formação da identidade do território, dando-lhe contornos específicos. No entanto, essas mudanças promovem novas relações de poder de reagrupamento social, Jollivet (1984). Para esse autor, o local se manifesta permanentemente e é construído a partir da memória coletiva e das relações sociais que são formadas pelas interações locais e externas. Segundo Kuper *apud* Abramovay (2002), as diferentes culturas são convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, e refletem conjuntos de idéias e valores.

Essa mobilização está fortemente influenciada pela ação das chamadas coletividades territoriais. No mesmo sentido, Sabourin (2002) ressalta que a idéia de território deve estar sempre associada à idéia de poder, público ou de segmentos da sociedade, ou seja, é um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente. Segundo Albagli (2004), é possível se estabelecer formas de fortalecer as territorialidades, “estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu – suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas”. No entanto, a autora alerta para a impossibilidade de se construir essas territorialidades a partir do externo, sem estar baseada no capital sociocultural do território.

Destaca quatro pontos importantes para a definição de estratégias de valorização das territorialidades: (i) a identificação de unidades territoriais onde seja possível a promoção do empreendedorismo local, com delimitação de seu

espaço geográfico baseado em “senso de identidade e pertencimento, senso de exclusividade/tipicidade, tipos e intensidade de interação de atores locais”; (ii) a geração de conhecimentos sobre o território, identificando e caracterizando as especificidades e que representem potencialidades; (iii) a promoção de sociabilidades, buscando “possíveis modalidades”. Um importante conceito foi incorporado aos estudos sobre a construção social de territórios, chamado de coletividades territoriais. Inicialmente esse termo estava relacionado ao conjunto de atores, tanto individuais como institucionais, de um território. Posteriormente, houve uma associação da noção inicial às representações sociais e políticas das comunidades e do estado, nos níveis local ou regional (Sabourin, 2002), e que formam a rede do jogo de poder da formação do território. Ressalta, no entanto, que nem sempre as formas de relacionamento dos atores ou instituições definem uma coletividade territorial legalmente estabelecida de ação coletiva”; e (iv) o reconhecimento e valorização da territorialidade, com o resgate e valorização de imagens e da simbologia local.

O Assentamento como território vivido, concebido e percebido

O que pensar então em uma identidade construída em um assentamento, sendo este um espaço novo e tão dinâmico? Antes, uma pergunta que pode nortear para um esboço para responder essa indagação: Como se formam os assentamentos? A organização territorial, a construção de uma nova paisagem, a identificação dos camponeses com o novo espaço geográfico, a constituição da realidade a partir da territorialidade serão elementos a serem abordados na dimensão dos Assentamentos. No contexto mais universal, o Assentamento, significa ajustar, como diz Beledelli *et al* (2000), colocar no seu devido lugar o que está fora. Se olharmos por uma dimensão, ainda segundo a fonte, mais política, seria resolver o problema das pessoas que não tem moradia e foi assim que os governos iniciaram o uso desta palavra.

Segundo Bogo (2000), o choque com a herança cultural nem sempre é inevitável. O choque aqui colocado se refere á vivência das pessoas na sua trajetória de vida e o que encontram na proposta de organização de um

assentamento. Os grupos ao longo da história estabelecem entre si ligações das mais diversas e criam uma identidade que passa a constituir um espaço, assim apropriando-se de um território. Ao constituir o assentamento os camponeses sem-terra constroem uma nova concepção de espaço criando uma identidade de culturas, jeitos, organização, produção, lazer, relação com o mundo e entre as pessoas, com a própria luta. Trata-se, portanto, de olhar para este assentamento como um movimento sociocultural que se institucionaliza para o conjunto do movimento com sua própria identidade. As pessoas que hoje são assentadas, num primeiro momento, passaram por um processo de desterritorialização, perderam parte de sua identidade enquanto pequenos proprietários ou arrendatários, trabalhadores empregados.

Trazem consigo sua cultura anterior, passando agora pela construção de uma nova identidade, uma nova territorialidade a partir da organização do assentamento. Em seu estudo da Geografia Cultural Claval (2001) destaca que a cultura tem uma influência muito grande na constituição do espaço. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço vão demarcando seus lugares e suas culturas. O espaço é demarcado, apropriado, institucionalizado, qualificado, sinalizado. Referindo-se ao território coloca que o território é ocupação do lugar do espaço. A sociedade necessita para estabelecer as relações, é nele que as mesmas acontecem. Seria a delimitação de fronteiras, dos lugares, das regiões, das nações, confrontando-se as culturas.

Ao iniciar a organização territorial do espaço do assentamento, ele irá juntar os gestos e as práticas transmitidos como herança, mas será necessário criar e incorporar novas técnicas. Não se pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares aos já existentes desde que não se contraponham a princípios. Na medida que se desencadeia a organização do assentamento e os desafios se apresentarem, os camponeses tomarão consciência da realidade existente e do construir de um novo espaço. Aprenderão certamente a organização da produção do assentamento, a comercialização dos produtos, o cuidado com a mãe terra, as relações sociais, a estrutura da sociedade, a dimensão das relações políticas, a construção coletiva do trabalho, o cuidado com as crianças, com os jovens, com os adultos, com os idosos, enfim com uma vida mais sustentável. Uma nova construção cultural se apresenta para o

camponês, assim sendo aos poucos se estruturará uma nova identidade coletiva, a partir do novo espaço territorial do assentamento.

Esta identidade se vinculará a este lugar e espaço em movimento, e com o que existir nele. (...) “A identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações sócio-espaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica”, Haesbaert (1997). Os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários coletivos, a partir de uma perspectiva interna. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial. No caso de um assentamento, o criar deste novo espaço perpassa uma construção de sua identidade quando na maioria das pessoas que moram neste local se identificam, por exemplo, com a organização política que é o movimento.

Este chão passa a ser a sua simbologia e também o sonho transformado em algo concreto, a sua terra. Neste espaço concreto sócio-territorial que é o assentamento, a perspectiva e a esperança, estão em transformar aquele sujeito que não se considerava mais incluso na sociedade, em sujeito participativo e ativo na sua própria reconstrução, no coletivo ou grupo em que está inserido. Ao construir este espaço ele projetará este novo a partir do seu vivido, do seu contexto histórico e do imaginário social, daquilo que é mais forte em sua história. A sua identidade passa a ser o seu território com suas referências anteriores ou não. Pode então construir realmente o novo a partir da identidade de ser um assentado sem terra e da sua mais nova cidadania.

Branco (2003) afirma que para compreender a novidade desse lugar (aqui tido como o assentamento) e o que ele traz para a identidade dos jovens que nele atuam, deve-se traçar seus contornos dentro de uma espessura temporal da comunidade. A comunidade que se constrói não pode ser vista como uma consolidação cultural isolada, mas como parte de uma esfera cultural mais ampla na qual inúmeras significações se entrecortam, produzindo formas específicas de apropriações grupais e individuais.

Essa abordagem está muito próxima de perspectivas baseadas na diferenciação identitária. Esta identidade no assentamento Ana Rosa, situado no Agreste baiano, dentro desta perspectiva culturalista, configura-se, sobretudo no processo de outridade e de diferença, onde os jovens são vistos pelos citadinos como pessoas relacionadas à sua visão do conflito agrário, da visão midiática sobre a reforma e agrária e os seus sujeitos. Sendo assim, o território é negativado pelos 'urbanos' como também pelo campesinato tradicional, gerando preconceitos, visões distorcidas. Os jovens, quando perguntados, falaram sobre a visão do de "fora" sobre os assentados:

> "*eles brincam comigo, eu brinco com eles... a minha infância foi mais aqui, minha vida foi pouco na zona urbana... eu morei um pouco em Salvador, fui estudar... Voltei a morar com eles, agora vou continuar aqui, procurar o melhor pra gente, penso que nasci pra ficar no campo, na roça mesmo... A cidade grande me assusta um pouco, é muito perigoso, mas aqui podia ter oportunidades também né?*" (Cristiano, 22 anos).

> "*eu não sou sem terra... Meus pais tem terra, eu tenho mais terra do que essas pessoas que me dizem*" (Juba, 14 anos).

> "*Eu sou assentada... Eu digo a pessoa que não sou sem terra, eu tenho muita terra*" (Aline, 14 anos)

> "*aqui só o povo do Guerreiro que tira onda de nossa cara, joga piada pra nós, que a gente invadiu a terra... Minha mãe conquistou isso aqui, não invadiu!*" (Tai, 13 anos)

> "*Na rua já me chamaram de sem-terra, eu levei na brincadeira... (risos)*" (Guegueu, 17anos).

> "*Chamam a gente de sem-terra, de gente da roça. É, da roça a gente é! Mas temos terra! Eu fico meio chateado, mas fazer o que, não posso brigar. O povo tem preconceito da gente e isso machuca*" (Chori, 16 anos).

> "*a galera enche sim, mas eu acho que é por causa da televisão, eles acham que todo mundo é sem terra. Sem Terra é quem não tem terra e a gente tem, a dos nossos pais. A gente não anda ai pedindo terra e nem anda falando que é sem terra, a gente não é, mas o povo ai fora acha*" (Tripa, 17 anos).

Quando os jovens começam a ter os primeiros contatos com a cultura citadina, Rossato e Rossini (2006) afirmam que é comum terem vergonha de

assumirem como rurais e negam sua identidade de camponeses colocando-se em uma posição inferior aos jovens urbanos.

Este conflito entre a visão do “de fora” e a cultura local se refere às relações sociais existentes em espaços delimitados e pequenos, onde se estabelecem formas específicas de representação, com códigos comuns segundo Featherstone *apud* Abramovay (2002). Para Albagli (2004, p. 28), “*sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico*” significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. Fortalece essa compreensão afirmando que a territorialidade é “condicionada por normas sociais e valores culturais”. Esse processo de construção territorial, Santos (2000) denomina de re-territorialização, ou seja, a “redescoberta do sentido de lugar e da comunidade” perpassa também, entre outros aspectos, pela valorização e expressão de sua territorialidade, como visto:

> “*Lá eu morava na zona rural, era mais perto, aqui é mais longe... mas eu penso que aqui é bom porque a gente planta e colhe, a gente vê depois a farinha pronta e pensa que a gente fez tudo desde o inicio, isso é muito bom... mas aqui tudo é com esforço, a gente não tem quase apoio, pra gente jovem assim é bom que a gente sente que pode crescer, só não sabe pra onde, quanto que a gente vai crescer, se não der sai!*” (Junior, 16 anos).
>
> “*eu acho aqui bonito, tem bichos pra tudo que é lugar que a gente olhe. Tem muita natureza, bastante água. Agora que cada um está aqui em seu lote, é bom... A gente faz as coisas, cada um cuida de si, e ainda um ajuda o outro. O pessoal vem aqui pra casa de farinha, trabalha junto*” (Teta, 18 anos).

Essa redescoberta do sentimento de pertencimento ao lugar é reforçada por diversas proposições de diferentes autores que, contestando as teorias de aculturação que ocorreriam com o processo de modernização (ou de globalização), sugerem que as novas construções identitárias têm ocorrido com um reencontro com tradições culturais. Ou seja, há uma interação entre as culturais externas com as culturas locais, cujo resultado se difere entre os diferentes territórios. Mas a presença da cultura local persiste importante na

formação da identidade do território, dando-lhe contornos específicos. No entanto, essas mudanças promovem novas relações de poder de reagrupamento social, Jollivet (1984). Para esse autor, o local se manifesta permanentemente e é construído a partir da memória coletiva e das relações sociais que são formadas pelas interações locais e externas. Segundo Kuper *apud* Abramovay (2002), as diferentes culturas são convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, e refletem conjuntos de idéias e valores.

Aspectos Finais

As relações imbricadas na diferença e no território de alguma maneira reforçam o pertencimento dos jovens ao lugar denominado Assentamento. No território se dão os processos de reagrupamento, de fortalecimento das identidades de geração, de espaço e sociais, fortalecendo, sobretudo, os paradigmas da ruralidade, sendo os jovens, promotores de um rural constituído de um pertencimento pautado na outridade, e, sobretudo, de enfrentamento da diferença, que se mostra real. A presente pesquisa afere que os jovens do Assentamento pesquisado construíram no processo de reterritorialização, a percepção de que os citadino os observam de forma equivocada, gerando neste grupo, de forma imperceptível a reflexão de sua própria identidade, pertencente a um lugar antes artificial, mas que se iguala na história de cada família e na concretização das vivências e saberes estabelecidos no momento da criação artificial do território.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E. E TEIXEIRA, O.A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controversas e experiências.** Brasília: Embrapa, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. *et alli.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. *In*: LAGES, V., BRAGA, C.,MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Brasília: Sebrae, 2004.

BELEDELLI, Senira; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. **Assentamento, sua cultura, identidade e organização.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

BLUME, Roberto. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural.** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, 179 pg, 2004.

BOGO, A. **O MST e a Cultura**. Gráfica e Editora Peres Ltda. SP, 2000.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia.** Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 1, n. º 2 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A, L. Fundamentos da formação do território moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia.** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 23, 1998.

JOLLIVET, Mahieu. **Le developpement local, mode ou movement social**? Paris: Societé Française d'Economie Rurale, 1984.

_____. **Le developpement local, mode ou movement social**? Paris: Societé Française d'Economie Rurale, 1984.

RAFFESTIN, Claude. **Desterritorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Territórios alternativos.** São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: **Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, 1, Porto Alegre, 2005. Anais... CD-Rom. Porto Alegre: GEPAD, 2005.

TEIXEIRA, Marco Antônio; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. *In*: **Revista Geografia**, São Paulo, V. 14, p. 9 - 33,1997.

VEIGA, J. E DA. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **A face rural do desenvolvimento**. In: Anais 27° Encontro Nacional de Economia e Sociologia Rural, Belém, 1999.